

INFORMAÇÃO PESSOAL	ANA MARIA GUERRA MARTINS
	<p>-----Lisboa – Portugal-----</p> <p>-----</p> <p>aguerramartins@gmail.com</p> <p>Sexo Feminino Data de nascimento 22/07/1963 Nacionalidade Portuguesa</p>

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
---------------------------------	--

DE 2000 ATÉ AO PRESENTE	<p>Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa</p> <p>Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa</p> <p>Principais áreas de lecionação: Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Justiça Constitucional</p>
DE 4 DE ABRIL DE 2007 ATÉ 22 DE JULHO DE 2016	<p>Juíza do Tribunal Constitucional Português</p> <p>Tribunal Constitucional</p> <p>Fiscalização da constitucionalidade</p>
DE FEVEREIRO DE 2006 A 3 DE ABRIL DE 2007	<p>Inspetora-Geral dos Serviços de Justiça</p> <p>Inspeção-Geral de Justiça</p> <p>Controlo Administrativo dos Serviços de Justiça</p>
DE FEVEREIRO DE 1997 A SETEMBRO DE 1999	<p>Investigadora Visitante no Instituto Max-Planck para o Direito Público Comparado e para o Direito Internacional em Heidelberg</p> <p>Instituto Max-Planck para o Direito Público Comparado e para o Direito Internacional</p> <p>Investigação para a tese de doutoramento</p>
DE 1986 A 2000	<p>Assistente na Faculdade de Direito e em outras Faculdades de Direito de Universidades privadas (Lusíada e Internacional), lecionando na licenciatura e em cursos de pós-graduação</p> <p>Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa / Universidade Internacional / Universidade Lusíada</p> <p>Principais áreas de lecionação: Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional e Europeu do Ambiente e Direito Internacional do Mar</p>

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	
----------------------------	--

2011	<p>Agregação em Direito</p> <p>Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa</p>
2000	Doutoramento em Direito

	Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa
1993	Mestrado em Direito Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa
1987	Curso de pós-Graduação em Estudos Europeus Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa
1986	Licenciatura em Direito Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa

COMPETÊNCIAS PESSOAIS	
-----------------------	--

LÍNGUA MATERNA	Português				
OUTRAS LÍNGUAS	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	COMPREENSÃO ORAL	LEITURA	INTERAÇÃO ORAL	PRODUÇÃO ORAL	
Inglês	C1	C1	B2	B2	B2
Francês	C1	C1	C1	C1	C1
Alemão	C1	C1	B2	B2	B2
Níveis: A1/2: Básico - B1/2: Independente - C1/2 Proficiente					

COMPETÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Excelentes competências de comunicação adquiridas através da experiência como Professora da Universidade de Lisboa e como Professora Convidada em Universidades estrangeiras bem como interveniente em inúmeros colóquios, seminários, conferências e cursos em Portugal e no estrangeiro no âmbito do Direito da União Europeia, Direito Internacional, Direitos Fundamentais, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional e Direito Constitucional
-----------------------------	--

COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação científica e participação em vários colóquios seminários Regência de várias unidades curriculares na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e coordenação da respetiva equipa de assistentes.
-----------------------------	--

<p>COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O TRABALHO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em diversos júris de doutoramento como arguente e como vogal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. • Participação em inúmeros júris de mestrado como presidente, arguente e vogal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade Católica e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. • Participação em júris de recrutamento de assistentes e assistentes-estagiários na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. • Participação como perito num projeto liderado pelo <i>human rights consultancy</i> e financiado pelo Comissão Europeia na área da supervisão da legislação dos Estados-Membros em matéria de igualdade e não discriminação baseada no género, raça/origem étnica, religião/crença, idade, deficiência e orientação sexual (2015...). • Consultora na área do Direito Público (de 2000 a 2007 e 2016. ...) • Participação como perito de curta duração num projeto liderado pelo <i>human rights consultancy</i> e financiado pelo Comissão Europeia na área da supervisão da legislação dos Estados-Membros em matéria de igualdade e não discriminação baseada na raça/origem étnica, religião/crença, idade, deficiência e orientação sexual (de 2006 a 2007) • Consultora jurídica da Comissão da União Europeia num projeto de curta duração levado a cabo em Moçambique e suportado pela União Europeia (de Abril a Junho 1994) • Consultora jurídica no Gabinete de Direito Europeu do Ministério da Justiça (de 1991 a 1997)
---	--

<p>INFORMAÇÃO ADICIONAL</p>	
-----------------------------	--

<p>PUBLICAÇÕES SELECIONADAS:</p> <p>LIVROS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • MARTINS, A. M. G. (2012) <i>Manual de Direito da União Europeia</i>, Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2012) <i>A participação das Regiões Autónomas nos assuntos da República</i>, Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2011) <i>Ensaios sobre o Tratado de Lisboa</i>, Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2010) <i>A igualdade e a não discriminação dos nacionais de Estados terceiros legalmente residentes na União Europeia – da origem na integração económica ao fundamento na dignidade do ser humano</i>, Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2007) <i>Contencioso da União Europeia</i> (em colaboração com Fausto de Quadros), 2.ª ed., Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2006) <i>Direito Internacional dos Direitos Humanos – Relatório</i>, Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2006) <i>Constitucionalismo Europeu em Crise? Estudos sobre a Constituição Europeia</i> (coordenação), Lisboa, AAFDL. • MARTINS, A. M. G. (2005) <i>Estudos de Direito Europeu e Internacional dos Direitos Humanos</i> (coordenação), Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2004) <i>Curso de Direito Constitucional da União Europeia</i> (2004) Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2004) <i>O projecto de Constituição Europeia – contributo para o debate sobre o futuro da União</i>, 2.ª ed., Coimbra, Almedina.
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • MARTINS, A. M. G. (2003) <i>Estudos de Direito Público</i>, vol. I, Coimbra, Almedina. • MARTINS, A. M. G. (2000) <i>A natureza jurídica da revisão do Tratado da União Europeia</i>, Lisboa, Lex. • MARTINS, A. M. G. (1995) <i>O art. 235º do Tratado da Comunidade Europeia – cláusula de alargamento das competências dos órgãos comunitários</i>, Lisboa, Lex.
<p style="text-align: center;">ARTIGOS SELECIONADOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • MARTINS, A. M. G. (2016) “O Diálogo entre as Jurisdições Constitucionais e as Jurisdições Europeias em matéria de Direitos Fundamentais”, in Fausto de Santos Morais / José Carlos Kraemer Bortoloti, <i>A Jurisdição Constitucional e os desafios à concretização dos direitos fundamentais</i>, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 47-92. • MARTINS, A. M. G. (2016) “Opinion 2/13 of the Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism”, <i>Zeitschrift für öffentliches Recht / Journal of Public Law</i>, vol. 71, n.º 1, 27-57. • MARTINS, A. M. G. (2015) “Constitutional Judge, Social Rights and Public Debt Crisis – the Portuguese Constitutional Case Law”, <i>Maastricht Journal of European and Comparative Law</i>, vol. 22, n.º 5, 678-705. • MARTINS, A. M. G. / ROQUE, M. P. (2015) ‘Judicial Dialogue in a Multilevel Constitutional Network – the Role of the Portuguese Constitutional Court’, in M. Andenas and D. Fairgrieve, <i>Courts and Comparative Law</i>, Oxford, OUP, 300-328. • MARTINS, A. M. G. / ROQUE, M. P. (2014) “A tutela multinível dos direitos fundamentais”, <i>Revista do Esmape</i>, vol. 19, n.º 40, 35-70. • MARTINS, A. M. G. (2013) “A Portuguese Perspective of the Accession on the European Union to the European Convention of Human Rights” (2013) in: Iliopoulos-Strangas / Pereira da Silva / Potacs (eds), <i>The Accession of the European Union to the ECHR</i>, Baden-Baden, Nomos, 201-225. • MARTINS, A. M. G. / ROQUE M.P. (2013) “Chapter 18 – Universality and Binding Effect of Human Rights from a Portuguese Perspective” in: Rainer Arnold (ed.) (2013) <i>The Universalism of Human Rights</i>, Jus Gentium: Comparative Perspectives on Law and Justice 16, Dordrecht, Springer, 297-324. • MARTINS, A. M. G. (2012) “A protecção da dignidade humana no Tratado de Lisboa”, in Fernando Alves Correia / Jónatas E. M. Machado / João Carlos Loureiro (org.), <i>Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho</i>, vol. III, <i>Studia Iuridica</i> 104 (Ad Honorem), Coimbra, Coimbra Editora, 473-498. • MARTINS, A. M. G. “ (2012) A interdição de partidos políticos contrários ao princípio democrático”, in <i>Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda</i>, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 185-214. • MARTINS, A. M. G. (2012) “Constitucionalismo europeu e direitos fundamentais após o Tratado de Lisboa”, AAVV, <i>O Tratado de Lisboa – Jornadas organizadas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa</i>, Coimbra, Almedina, 95-119. • MARTINS, A. M. G. (2012) “Anotação ao artigo 48.º TUE,” in Manuel Porto / Gonçalo Anastácio (coord.), <i>Tratado de Lisboa – Anotado e comentado</i>, Coimbra, Almedina, 175-182. • MARTINS, A. M. G. (2012) “Anotação aos artigos 352.º e 353.º TFUE”, in Manuel Porto / Gonçalo Anastácio (coord.), <i>Tratado de Lisboa – Anotado e comentado</i>, Coimbra, Almedina, 1232-1236.

- MARTINS, A. M. G. (2012) “Judicial Legitimacy and the Functions of the Judge in a Multilevel Constitutional System” in: *European Review of Public Law / Revue Européenne de Droit Public*, vol. 24, N. 1, 139-163.
- MARTINS, A. M. G. (2011) “Does the Treaty of Lisbon Really Implement Equal and Non-discriminatory Treatment of Third-Country Nationals (TCN)? The Case of Legally Resident TCN within a Member State of the Union” in: José Maria Beneyto / Ingolf Pernice, *Europe’s Constitutional Challenges in the Light of the Recent Case Law of National Constitutional Courts – Lisbon and Beyond*, Baden-Baden, Nomos, 327-352.
- MARTINS, A. M. G. (2011) “A “cláusula de flexibilidade” no Tratado de Lisboa – Contributo para a “constitucionalização” ou para a “internacionalização” da União?”, in Paulo Otero / Fernando Araújo / João Tabora da Gama, *Estudos em memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 19-42.
- MARTINS, A. M. G. (2011) “Os fundamentos axiológicos da União Europeia após o Tratado de Lisboa. Um estudo sobre o artigo 2.º TUE”, in Nuno Piçarra (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa – Aspectos centrais*, Coimbra, Almedina, 47-79.
- MARTINS, A. M. G. (2010) “O Tratado de Lisboa – um passo à frente ou atrás no sentido da constitucionalização da União?”, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 571-601.
- MARTINS, A. M. G. (2010) “O Tratado de Lisboa reforça o princípio da igualdade e da não discriminação?” in: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 55-100.
- MARTINS, A. M. G. (2010) “European (Economic) Community (EC)” in: *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law, Heidelberg, and Oxford University Press (also available at www.mpepil.com).
- MARTINS, A. M. G. (2010) “A cidadania da União Europeia – Definição, conteúdo e contributo para a constitucionalização da União Europeia”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, vol. I, Coimbra, Almedina, 9-20.
- MARTINS, A. M. G. (2009) “The Treaty of Lisbon – After all another step towards a European Constitution?” in: Ingolf Pernice / Eugeni Tanchev (eds.), *Ceci n’est pas une Constitution – Constitutionalism without Constitution?*, 7th International ECLN – Colloquium, Sofia 17-19 April 2008, European Constitutional Law Network Séries, vol. 7, Baden-Baden, Nomos, 56-75.
- MARTINS, A. M. G. / ROQUE M.P. (2008) “Jurisprudence – Constitutional / Constitutionnelle 2007 – Portugal” in: *European Review of Public Law / Revue Européenne de Droit Public*, vol. 20, N. 3, 245-1266.
- MARTINS, A. M. G. / FONSECA S. C. (2008) “Gesetzgebung im politischen System Portugals” in: Wolfgang Ismayr (coord.), *Gesetzgebung in Westeuropa – EU-Staaten und Europäische Union*, Wiesbaden, VS Verlag, 559-613.
- MARTINS, A. M. G. (2008) “A protecção jurisdicional dos direitos fundamentais no espaço de liberdade, segurança e justiça”, in *Estudos em Honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*, vol. I, Coimbra, Almedina, 521-550.
- MARTINS, A. M. G. (2007) “The Protection of Fundamental Rights in the European Union” in: Marshall Breger / Markus Puder (ed.), *European Union Issues from a Portuguese Perspective*, Washington, The Catholic University of America, 68-90.

	<ul style="list-style-type: none"> • MARTINS, A. M. G. (2007) “Citizenship in the European Union - Conditions of Citizenship”, in: <i>European Review of Public Law / Revue Européenne de Droit Public</i>, 83-96. • MARTINS, A. M. G. (2006) “The Portuguese Semi-Presidential System – About Law “In the Books” and Law “In Action”, in: <i>European Constitutional Law Review</i>, vol. 2, N 1, 81-100. • MARTINS, A. M. G. (2006) “Problemas de sucessão de Estados em matéria de tratados e de extradição em Direito Internacional e em Direito Constitucional”, in <i>Estudos em homenagem ao Professor Doutor André Gonçalves Pereira</i>, Lisboa, Coimbra Editora, 531-557. • MARTINS, A. M. G. (2006) “Size and Composition of Highest Courts – Selection of Judges” in: Ingolf Pernice / Juliane Kokott / Cheryl Saunders (ed.), <i>The future of the European Judicial System in a Comparative Perspective</i>, Baden-Baden, Nomos, 203-210. • MARTINS, A. M. G. (2006) “Harmonisation of Legislation in the Field of Justice and Home Affairs in Portugal - coordination” in: Epaminondas Spiliotopoulos (ed.), <i>Harmonisation of Legislation in the Field of Justice and Home Affairs</i>, London, Esperia Publications, 285-318. • MARTINS, A. M. G. (2006) “Portugal: the Fight against the «Big» Ones” in: Finn Laursen (ed.), <i>The Treaty of Nice: Actors Preferences, Bargaining and Institutional Choice</i>, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 247-261. • MARTINS, A. M. G. (2006) “As garantias jurisdicionais dos direitos humanos no Direito Internacional regional – os mais recentes desenvolvimentos”, in <i>Estudos Jurídicos e Económicos em homenagem ao Professor Doutor António de Sousa Franco</i>, vol. I, Coimbra, 117-136. • MARTINS, A. M. G. (2005) “A revisão do Tratado e a constitucionalização da União Europeia”, in <i>A União Europeia e Portugal: a Actualidade e o Futuro – Curso de verão de Direito Comunitário e Direito da Integração</i>, Coimbra, Almedina, 47-74. • MARTINS, A. M. G. (2005) “Os valores da União na Constituição Europeia”, in <i>Colóquio ibérico: Constituição europeia – Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires</i>, <i>Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra</i>, Studia Jurídica n.º 84, Coimbra, Coimbra Editora, 497-527. • MARTINS, A. M. G. (2005) “As Convenções de Filadélfia e de Bruxelas – convergências e divergências do processo de formação das Constituições americana e europeia”, in Jorge Miranda et al. (org.), <i>Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos</i>, vol. II, Coimbra, Almedina, 13-30. • MARTINS, A. M. G. (2005) “Amendment of the Constitution – Procedural and Political Questions”, in Ingolf Pernice / Jiri Zemanek (ed.), <i>A Constitution for Europe: The IGC, the Ratification Process and Beyond</i>, Baden-Baden, Nomos, 199-210. • MARTINS, A. M. G. (2004) “O Tribunal de Justiça como garante da constituição europeia”, in <i>Estudos em homenagem ao Professor Doutor Armando Marques Guedes</i>, Coimbra, Coimbra Editora, 761-792. • MARTINS, A. M. G. (2004) “Recent Developments in Immigration and Asylum Law – Aspects of International, European, Constitutional and Administrative Law – Portuguese Report” in: Eibe Riedel (org.), <i>Neuere Entwicklungen im Einwanderungs- und Asylrecht</i>, Baden-Baden, Nomos, 71-95. • MARTINS, A. M. G. (2003) “Direito Internacional da Droga e da Toxicodependência”, in Dário Moura Vicente (coord.), <i>Actas do I Curso sobre problemas Jurídicos da Droga e da Toxicodependência</i>, vol. I,
--	---

	<p>Suplemento da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 89-108.</p> <ul style="list-style-type: none"> • MARTINS, A. M. G. (2003) “O Direito da União Europeia sobre Droga e Toxicodependência”, in Dário Moura Vicente (coord.), <i>Actas do II Curso sobre Problemas Jurídicos da Droga e da Toxicodependência</i>, vol. II, Suplemento da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 49-73. • MARTINS, A. M. G. (2002) “La Constitution portugaise: Une Constitution inflationniste”, in Giuliano Amato / Guy Braibant / Evangelos Venizelos, <i>The Constitutional Revision in Today's Europe / La révision constitutionnelle dans l'Europe d'aujourd'hui</i>, Londres, Esperia Publications, 129-144. • MARTINS, A. M. G. (2002) “Direito comunitário do consumo – guia de estudo”, in Luís Menezes Leitão (org.), <i>Estudos do Instituto de Direito do Consumo</i>, vol. I, Coimbra, Almedina, 63-91. • MARTINS, A. M. G. (2002) “O Tratado de Nice – a reforma institucional e o futuro da Europa”, AAVV, <i>Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço</i>, vol. I, Coimbra, Almedina, 779-815. • MARTINS, A. M. G. (2000) “Timor-Leste e a afirmação (tardia) do Direito Internacional”, in Jorge Miranda (org.), <i>Timor e o Direito</i>, Lisboa, AAFDL, 19-35. • MARTINS, A. M. G. (1997) “Algumas reflexões sobre a reforma do sistema jurisdicional comunitário”, in AAVV, <i>Em torno da revisão do Tratado da União Europeia</i>, Coimbra, Almedina, 205-230. • MARTINS, A. M. G. (1996) “O equilíbrio interinstitucional na União Europeia – comentário à intervenção do eurodeputado David Martin”, in AAVV, <i>A Revisão do Tratado da União Europeia</i>, Coimbra, Almedina, 177-183. • MARTINS, A. M. G. (1995) “Nota sobre os aspectos institucionais da revisão do Tratado de Maastricht”, in AAVV, <i>Acompanhamento parlamentar da Revisão do Tratado da União Europeia na Conferência intergovernamental de 1996</i>, vol. II, Lisboa, 65-71.
PROJETOS	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do projeto internacional de investigação <i>Member States' Constitutions and EU Integration</i>, liderado pela Universidade de Salzburgo e pela European Community Studies Association da Universidade de Maastricht e financiado pelo programa da União Europeia Horizonte 2020. • Membro do projeto internacional de investigação <i>Member States' Preferences for Economic and Fiscal Integration</i>, liderado pela Universidade de Salzburgo e financiado pelo programa da União Europeia Horizonte 2020.
<p>APRESENTAÇÕES</p> <p>CONFERÊNCIAS</p> <p>SEMINÁRIOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “A Constituição no contexto europeu” (2016) – participação numa mesa-redonda no âmbito da conferência organizada pelo ICJP/CIDP na FDUL relativa aos 40 anos da Constituição Portuguesa. • <i>Brexit – sair ou não sair do Reino Unido?</i> (2016) - Participação numa mesa-redonda organizada pelo IEU e pelo IDEEF na FDUL. • “A relação entre o Direito Constitucional nacional e o Direito da União Europeia” (2015) – comunicação apresentada no <i>Bundesverfassungsgericht</i> em Karlsruhe. • “O Diálogo entre as Jurisdições Constitucionais e as Jurisdições Europeias em matéria de Direitos Fundamentais” (2015) – participação no workshop organizado pelo ICJP/CIDP na FDUL subordinado ao tema os Direitos Humanos na Europa: Problemas contemporâneos.

	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>The Authority of the Court</i>” (2015) - participação na Lisbon conference on the longer-term future of the mechanism of the European Convention on Human Rights, organizada pela ICJP/CIDP. • “<i>Quis custodiet ipsos custodiet? Les recours nationaux et internationaux en cas de remise en cause des droits sociaux par l’Union européenne</i> (2015) – participação numa conferência organizada pelo <i>Collège de France</i>. • <i>Constitutional Justice and Social Rights</i> (2015) – apresentação na <i>Università degli Studi Magna Graecia de Catanzaro</i> no âmbito do programa de doutoramento. • <i>Opinion 2/13 of the CJEU – quo vadis multilevel protection of fundamental rights?</i>” (2015) – comunicação apresentada no workshop da European Constitutional Law Network “Challenging the legitimacy of Europe” em Tessaloniki. • <i>Judicial Legitimacy – The Functions of the Judge</i> (2011) – comunicação apresentada na reunião annual do <i>European Public Law Organization</i> em Spetses. • <i>The Principle of Equality and Non Discrimination after the Treaty of Lisbon</i> (2010) - comunicação apresentada na reunião da <i>European Constitutional Law Network</i> em Madrid. • <i>The Treaty of Lisbon – After all another step towards a European Constitution?</i> (2008) - comunicação apresentada na reunião da <i>European Constitutional Law Network</i> em Sofia. • <i>Citizenship in the European Union – Conditions of Citizenship</i> (2006) – comunicação apresentada na reunião annual do <i>European Public Law Organization</i> em Legrainia (Grécia). • <i>The Protection of Human Rights in the European Union</i> (2005) – comunicação apresentada na 4.ª Conference da Universidade Católica de Washington e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa sobre Direito Português e Direito Americano organizada pela <i>Columbus School of Law</i>. • <i>Size and Composition of Highest Courts – Selection of judges</i> (2005) – intervenção no 6.º <i>International ECLN-Colloquium / IACL Round Table on The future of the European Union – the Constitutional Role of European Courts</i> na Universidade <i>von Humbolt</i>, em Berlim.
<p>FILIAÇÕES</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Centro de Investigação de Direito Público – <i>Lisbon Centre for Research in Public Law</i> – da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. • Membro da <i>European Constitutional Law Network</i> (Berlim) desde 2005 • Membro da <i>European Public Law Organization</i> (Atenas) desde 2001 • Membro da <i>European Law and Governance Law School – International Faculty network</i>. • Membro do <i>European Network of Legal Experts in Gender Equality and Non-Discrimination</i> da Comissão Europeia. • Membro fundador da AREP (Associação Interuniversitária Portuguesa de Estudos sobre Integração Europeia). • Membro fundador do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. • Membro do Conselho Consultivo da Revista <i>Direito & Política</i>. • Membro fundador do Instituto de Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. • Membro fundador do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. • Membro da Associação de Professores da Faculdade de Direito da

	Universidade de Lisboa.
--	-------------------------